
[Um novo negócio destrutivo: créditos de carbono provenientes de plantações de árvores](#)

Este editorial faz parte do boletim especial "Plantações de árvores para o mercado de carbono: mais injustiça para as comunidades e seus territórios"

[Veja aqui o boletim completo](#)

Há quase 24 anos, o WRM publicou um documento intitulado [“O mercado de carbono: semeando mais problemas”](#). Seu objetivo era alertar sobre uma nova oportunidade de negócios para a indústria de plantações: a expansão das plantações de árvores para gerar créditos de carbono que possibilitassem às empresas poluidoras afirmar que haviam compensado os danos climáticos causados pela continuidade da queima de combustíveis fósseis. Essa primeira onda de plantações destinadas a gerar créditos de carbono foi desencadeada principalmente pelo Protocolo de Quioto. O acordo da ONU deu origem a mecanismos de compensação de carbono que ajudaram governos e empresas do Norte a se eximir de tomar as medidas necessárias para conter o caos climático: acabar com a extração de petróleo, gás e carvão.

Dentro dos mecanismos do Protocolo de Quioto sobre o comércio de carbono, o comércio de créditos de carbono provenientes de plantações de árvores permaneceu limitado, sobretudo devido ao óbvio absurdo de pagar às empresas de plantações por um negócio já muito lucrativo, que estava causando danos ecológicos e socioeconômicos e abusos dos direitos humanos – enormes e bem documentados.

A indústria das plantações e as ONG conservacionistas também levaram a ideia das “plantações de carbono” para o chamado mercado voluntário. Continuaram promovendo as plantações de árvores como uma “solução” para a crise climática, alegando que, sem o uso de árvores para “remover” carbono da atmosfera, seria impossível atingir o objetivo do Acordo de Paris da ONU, de limitar o aumento da temperatura global a 1,5°C. A promoção contínua dessa falsa afirmação desencadeou uma nova ronda de iniciativas de plantação de árvores para compensação de carbono. Desde a adoção do Acordo de Paris sobre as mudanças climáticas, em 2015, e principalmente após a conferência da ONU sobre o clima, em novembro de 2021, em Glasgow, na Escócia, as iniciativas de compensação de carbono envolvendo plantações de árvores se multiplicaram. Os compromissos das empresas de se tornarem produtoras com emissão “líquida zero” resultaram na proliferação de projetos de compensação em muitos países do Sul global.

Como resultado, o número de projetos de plantações para mercados voluntários de carbono mais que duplicou nos últimos três anos. Esses projetos aumentaram não só em número, mas também em tamanho. A maioria deles está acontecendo no Sul global, onde as empresas de plantações conseguem obter grandes áreas de terra, as árvores crescem rapidamente e há muitas maneiras de evitar a regulação. Esse tem sido o padrão desde os tempos coloniais: as empresas procuram terras no Sul global para expandir os seus negócios porque é lá que conseguem os maiores lucros explorando a terra e as pessoas.

Apesar da enorme propaganda da indústria das plantações e dos seus aliados para tentar fazer lavagem verde em sua imagem, suas plantações industriais destroem os meios de subsistência locais, apropriam-se de vastas áreas de terra, poluem a água e impõem violência. Também é absurdo acreditar que plantações de árvores possam compensar os danos (climáticos) resultantes da queima de carbono fóssil. As plantações de árvores podem armazenar carbono temporariamente, mas não conseguem garantir o armazenamento durante as centenas de anos em que o carbono liberado pelas jazidas subterrâneas de petróleo, gás e carvão irá interferir no clima. Afirmar que as plantações de árvores podem compensar as emissões resultantes da queima de combustíveis fósseis apenas beneficia as empresas de plantações e o setor extrativo, que pode continuar – e até aumentar – a extração e o uso de carbono fóssil.

Com este boletim, o WRM quer chamar a atenção para essa nova estratégia de negócios que visa fazer com que a expansão das plantações de árvores seja ainda mais lucrativa para a indústria de plantações. Os artigos explicam como e onde essa expansão está ocorrendo e quem está se beneficiando desse mais recente impulso corporativo a mais plantações de árvores destrutivas.

Uma coisa é certa: as comunidades cujos meios de vida dependem dos seus territórios não terão benefícios quando suas terras forem ocupadas por mais plantações de árvores.